

Êxito se deve à estratégia de risco adotada

O fechamento dos principais pontos do acordo de refinanciamento de médio prazo da dívida brasileira com os bancos comerciais só foi possível graças à “estratégia de risco” adotada pelo governo, ao pagar, no início de janeiro, o total de 350 milhões de dólares, com suas próprias reservas. A avaliação é do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que credita a essa decisão o início das negociações e o progresso nos entendimentos com os bancos credores:

— Foi quando decidimos partir para a ofensiva, unilateralmente, que obtivemos sucesso — acrescentou Maílson, observando que a partir desse pagamento é que os banqueiros começaram a se sentar à mesa das negociações não apenas para reclamar e ameaçar, mas para negociar.

Considerando que os pontos obtidos junto ao Comitê dos Bancos Credores representam um acordo em condições bastante favoráveis ao Brasil, Maílson da Nóbrega ressaltou o ineditismo da fixação do montante de recursos e do *spread* logo no início das negociações. O Brasil queria, no início, 7 bilhões 100 milhões de dólares dos bancos credores — “seria o máximo da tranquilidade”, comentou Maílson —, mas o governo, segundo Maílson, está convencido de que fez um bom acordo, pois ainda há a possibilidade de entrada de mais recursos de novas fontes, como as agências governamentais e instituições multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Maílson destacou que o fechamento do acordo com os credores — pre-

visto para o final de março — não tem nenhuma vinculação com o futuro acordo com o FMI — esperado para junho —, mas, sem dúvida, é um passo importante para a normalização das relações do país com a comunidade financeira internacional.

O Ministro acredita que esse acordo também representa um passo para a recuperação das reservas cambiais, que, segundo ele, poderão chegar em dezembro deste ano a níveis superiores ao verificado em dezembro de 1987.

Para a economia — disse Maílson — o acordo possibilita a remoção de incertezas e possibilita o reestabelecimento de fluxos de crédito do mercado voluntário, fundamental, segundo ele, para que o país possa recuperar os níveis de investimentos. “É um bom acordo não só para a economia, mas também para o trabalhador, porque mais investimentos representam a criação de mais empregos para absorver a mão-de-obra que anualmente ingressa no mercado de trabalho”, explicou.

O ministro enfatizou, ainda, que o crédito de 5 bilhões 800 milhões de dólares — além dos 600 milhões de dólares relativos a linhas comerciais de curto prazo — não serão necessariamente utilizados para o pagamento do empréstimo-ponte de 3 bilhões de dólares que vence agora em junho. Sobretudo — explicou — porque o desembolso desses recursos só terá início a partir de junho, depois que for fechada a lista de adesão dos bancos credores.

Após fechar o acordo definitivo com os bancos comerciais, os próximos passos do governo serão as negociações com o Fundo Monetário Internacional, Clube de Paris e o governo japonês. É principalmente destas fontes — arrisca Maílson — que virá o dinheiro necessário para o refinanciamento da dívida a partir de 1989 e para a realização de novos investimentos.